

LETRAMENTO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DE 2005 A 2015

LITERACY FOR YOUTH AND ADULTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES: LITERATURE REVIEW FROM 2005 TO 2015

Rafaela MARCHETTI¹

Patrícia de OLIVEIRA²

RESUMO: A educação de jovens e adultos com deficiência intelectual tem se apresentado como um campo emergente de pesquisas. Desta forma, conhecer os aspectos relativos ao desenvolvimento do letramento desta população específica de alunos faz-se urgente. Com base nesta premissa, esta pesquisa teve por objetivo analisar pesquisas acadêmicas sobre o letramento de jovens e adultos com deficiência intelectual na EJA, desenvolvidas durante o período de 2005 a 2015. A pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, encontrou apenas quatro trabalhos desenvolvidos sobre esta temática. A análise optou por apontar os achados de cada trabalho acadêmico devido ao número baixo de pesquisas. Com base nesta análise, concluímos que as pesquisas apontaram que estes alunos desejam a aquisição da linguagem escrita ao buscarem a escolarização e se esforçam para dominar a norma culta da Língua Portuguesa, porém a qualidade das mediações oferecidas pela família e pelos professores é preponderante para que possam adquirir a linguagem escrita e desenvolver as habilidades de letramento necessárias para atuar com autonomia e independência.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência Intelectual; Educação de jovens e adultos; Letramento.

ABSTRACT: The education of young people and adults with intellectual disabilities has been presented as an emerging field of research. In this way, knowing the aspects related to the development of the literacy of this specific population of students becomes urgent. Based on this premise, this research had the objective of analyzing academic research on the literacy of youngsters and adults with intellectual disabilities in the EJA, developed during the period from 2005 to 2015. The bibliographic research of qualitative character found only four works developed on this subject. The analysis chose to point out the findings of each academic work due to the low number of researches. Based on this analysis, we conclude that the researches pointed out that these students want the acquisition of written language as they seek schooling and strive to master the cultured norm of the Portuguese Language, but the quality of the mediations offered by the family and the teachers is preponderant so that Can acquire the written language and develop the literacy skills necessary to act with autonomy and independence.

KEY WORDS: Intellectual Disability; Education of youth and adults; literacy.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre o letramento já fazem parte dos debates dos professores e dos estudos das diversas áreas do conhecimento, e em especial do campo de pesquisas e ensino de Língua Portuguesa. Assim, discutir novas concepções e novas demandas para o desenvolvimento das habilidades que compreendem o comportamento letrado aponta a necessidade de novos e aprofundados estudos com vistas a compreender melhor este fenômeno e a maneira como ele pode ser promovido nos indivíduos durante a escolarização.

Diante destes aspectos, discutir a promoção do comportamento letrado nos indivíduos jovens e adultos com deficiência intelectual têm se mostrado como um importante e recente campo de estudos, sendo apontado por diversos pesquisadores como um tema emergente e urgente de estudos e pesquisas (OLIVEIRA; CAMPOS, 2016; SIEMS, 2012).

Na atualidade, a deficiência intelectual tem sido compreendida como uma incapacidade

¹ Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Especialista em Educação Especial, Alfabetização e Letramento pela Faculdade São Luís de Jaboticabal e em Educação Infantil pela UFSCar, Pedagoga pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

² Doutora e Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Especialista em Educação Especial pelo Centro Universitário Central Paulista (UNICEP), Pedagoga pela Faculdade São Luís de Jaboticabal, SP.

cidade que se caracteriza por limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, implicando sobre as habilidades necessárias para as práticas sociais e individuais do cotidiano (ALMEIDA, 2012). Em outras palavras, significa a presença de dificuldades consideráveis para a realização de atividades do dia-a-dia, que podem variar de limitações para o aprendizado escolar até as ações cotidianas de autocuidado.

Com a evolução dos processos de inclusão, muitos jovens e adultos com deficiência estão chegando às nossas escolas e buscando na Educação de Jovens e Adultos (EJA) a equiparação da formação necessária para sua profissionalização e para a realização de seus projetos de vida (OLIVEIRA; CAMPOS, 2016).

E em relação aos jovens e adultos com deficiência intelectual, os processos de ensino da Língua Portuguesa e de desenvolvimento do letramento requerem atenção especializada devido à presumível dificuldade que alguns alunos podem apresentar e às necessidades e motivações dos sujeitos envolvidos. Assim, é preciso conhecer os mecanismos pelos quais estes processos se desenvolvem para que estes alunos específicos possam se sentir acolhidos e evoluam em suas aprendizagens.

De acordo com Oliveira e Campos (2016, p. 162)

O acolhimento dos alunos pela escola é fundamental para que eles se sintam motivados em sua trajetória escolar e, em se tratando de alunos jovens e adultos com deficiência, cujas trajetórias podem carregar histórias de insucessos, fracassos e abandonos escolares, a forma como estes são recebidos pela escola pode ser fundamental para a sua motivação e bom desempenho escolar.

Com base no exposto, o objetivo deste estudo foi analisar teses e dissertações desenvolvidas sobre o letramento de jovens e adultos com deficiência intelectual defendidas no período de 2005 a 2015.

Consideramos de extrema relevância em razão do crescimento do número de matrículas de indivíduos com deficiência intelectual em nossas escolas e da necessidade de aprofundarmos nossos estudos sobre o letramento desta parcela da população escolar. Conforme apontaram Fernandes (2011), Gonçalves (2012) e Siems (2012), o crescimento do número de matrículas destes alunos encontra-se em uma constante e a tendência indica que este aumento seguirá progressivo, pois muitos sujeitos que não tiveram acesso à escolarização em idade apropriada estão chegando às escolas como parte natural do processo de inclusão social e escolar.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA

A educação de jovens e adultos com deficiência tem se apresentado como um recente campo de estudos e em franca expansão. Conforme apontado por Fernandes (2011), os estudos e pesquisas sobre a educação de indivíduos com deficiência sempre emergem voltados para o atendimento de crianças, colocando-as no centro do debate e marginalizando os jovens e adultos deficientes que buscam a escolarização. Além disso, de acordo com Siems (2012), a presença de sujeitos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é algo previsível diante das conflitantes e diferentes condições culturais, sociais e econômicas de nosso país.

Diante destes aspectos, algumas pesquisas desenvolvidas já têm contribuído significa-

tivamente para este recente campo de estudos. Campos e Duarte (2011), em um estudo exploratório sobre a interface entre a Educação Especial e a EJA, analisaram a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os alunos com deficiência na EJA.

Segundo as pesquisadoras, as professoras participantes da pesquisa afirmaram que os alunos com deficiência não frequentavam o AEE e que elas não sentiam nenhum tipo de dificuldade no processo de atendimento educacional destes.

A ausência do AEE, de acordo com a fala das participantes, se deu em razão da dificuldade de propor um horário no qual os alunos pudessem participar, pois todos trabalhavam e não era possível retirá-los da sala de aula comum para poder participar de um atendimento individualizado. Em relação à afirmativa das participantes sobre não haver dificuldades no trabalho pedagógico, Campos e Duarte (2011) pontuaram que muitos professores atuam de forma alienada, reproduzindo currículos e conteúdos sem atentar para as necessidades reais dos alunos e sem considerar as suas experiências. Desta forma, não compreendem adequadamente quais as reais necessidades de seus alunos. As pesquisadoras também pontuaram que a EJA objetiva promover a emancipação para a cidadania e que, para o atendimento dos alunos com deficiência, se faz necessário repensar este espaço educacional.

Ribeiro (2015) analisou a oferta de EJA articulado ao AEE em duas instituições de um município de porte médio do interior do Estado do Rio de Janeiro. Para a coleta de dados, a pesquisadora distribuiu questionários que foram respondidos por familiares de jovens e adultos com deficiência que buscavam a escolarização.

Segundo a pesquisadora, 22 questionários foram devolvidos e apontaram que 11 jovens estavam matriculados e frequentando a escola enquanto que os outros 11 jovens não estavam. De acordo com Ribeiro (2015, p. 127),

Dentre os pais que responderam que os filhos não estavam estudando, informaram diversos motivos pelo fato, como por exemplo, não ter encontrado escola adequada no período da manhã; a escola não estimula adequadamente; dificuldade de adaptação e dificuldade de levar o jovem na escola. Em relação à questão se os pais/responsáveis gostariam que o filho estudasse, todos os 22 responderam que sim, e ao serem questionados sobre o motivo, informaram que o filho tem vontade de estudar; o aprendizado é necessário; melhora a qualificação; filho pode ser independente e filho tem que ser alguém na vida. Com isso, foi possível conhecer a relevância do tema “escolarização” para os pais dos inseridos no programa, assim como as dificuldades encontradas para um efetivo acesso e permanência desses jovens na escola.

Conforme podemos inferir, os jovens e adultos com deficiência têm buscado a escolarização; no entanto, há muitas lacunas acerca do atendimento a ser oferecido devido às especificidades e expectativas que implicam sobre sua formação tais como a ausência da oferta dos recursos essenciais, a dificuldade de alguns professores em compreender suas necessidades, as expectativas dos familiares, entre outros aspectos.

Entre estes muitos aspectos que desafiam a educação escolar dos alunos jovens e adultos com deficiência na EJA, destacamos o desenvolvimento do letramento dos sujeitos deficientes intelectuais por meio da escolarização, e suas implicações para o desenvolvimento da autonomia e independência necessárias para o exercício da cidadania. Desta forma, a análise do conhecimento já produzido sobre o desenvolvimento do letramento pode favorecer a compreensão de suas necessidades educacionais e contribuir para o desenvolvimento de propostas

educacionais mais efetivas.

MÉTODOS

Esta pesquisa, de caráter qualitativo, desenvolveu-se por meio de um trabalho bibliográfico. De acordo com Teixeira (2006), as pesquisas bibliográficas são fundamentais para mapear as produções acadêmicas e identificar suas características.

O levantamento de dados foi realizado durante o primeiro semestre de 2016 na plataforma da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Esta plataforma foi desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e procura reunir todas as teses e dissertações defendidas no país.

Os termos de busca utilizados foram: Letramento de Deficientes e Deficiência Intelectual. O período de análise centrou-se na década de 2005 a 2015 devido às mudanças ocorridas na legislação da Educação Especial ocorridas neste período (OLIVEIRA, 2016). Os critérios de inclusão foram: tratar especificamente do processo de letramento de jovens e adultos com deficiência e terem sido defendidas no período de 2005 a 2015. O critério de exclusão foi o não atendimento a estes aspectos.

Para analisar as pesquisas levantadas, os trabalhos foram cuidadosamente estudados e fichados. Para organização dos dados, foi utilizada a ficha de avaliação de teses e dissertações proposta por Mendes, Ferreira e Nunes (2002). Esta ficha foi desenvolvida pelos citados pesquisadores em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, com a finalidade de mapear a produção científica de teses e dissertações sobre Educação Especial no campo de estudos da Educação e da Psicologia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a limpeza dos dados com base nos critérios de inclusão e exclusão, o escopo ficou constituído por meio dos seguintes trabalhos:

Autor	IES ¹	Título	Nível (M/D) ²	ano
Elsa Midori Shimazaki	USP	Letramento em jovens e adultos com deficiência mental	D	2006
Moema Karla Santana	UNISINOS	A Língua Portuguesa na Educação Especial: problematizando leitura, escrita e mediação	M	2011
Mariele Angélica de Souza Freitas	UFSCAR	Estudantes com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos: interfaces do processo de escolarização	M	2014
Gizeli Aparecida Ribeiro de Alencar	UFSCAR	Sentidos e significados da alfabetização de adultos com deficiência intelectual	D	2015

QUADRO 1. Pesquisas acadêmicas encontradas para este estudo.

Conforme é possível observar, o número de pesquisas encontradas foi consideravelmente pequeno, pois conforme já apontamos anteriormente, a EJA para jovens e adultos com

deficiência é um campo de estudos muito recente e em ampla construção.

Brito e Campos (2013) também desenvolveram uma pesquisa acerca da produção acadêmica de teses e dissertações sobre o tema. De acordo com as pesquisadoras, foram encontrados 06 (seis) trabalhos acadêmicos para a sua análise, apontando a urgência do desenvolvimento mais pesquisas sobre o tema.

De qualquer forma, desenvolvemos nossa análise com base nos trabalhos encontrados e devido ao número baixo de pesquisas encontradas, optamos por apresentar um breve relato acerca dos objetivos e dos resultados encontrados por estas pesquisas.

ELSA MIDORI SHIMAZAKI: LETRAMENTO EM JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL³

Shimazaki (2006) teve por objetivo o desenvolvimento de uma análise do nível de letramento, do nível de compreensão leitora e da produção escrita de um grupo de jovens e adultos com deficiência intelectual alfabetizados. A pesquisadora também analisou a influência da maneira como a família se relacionava com seus sujeitos de pesquisa e com a linguagem escrita.

Segundo Shimazaki (2006), as famílias de sujeitos com deficiência intelectual costumam negar a eles o desenvolvimento de sua subjetividade devido à forma como se relacionam com eles. Isto é possível constatar pela maneira como os deficientes intelectuais se vestem ou são vestidos, pela forma com que são tratados, e até mesmo pela posse ou não de documentos pessoais.

A pesquisadora relatou que alguns de seus participantes procuravam se vestir melhor no dia dos encontros e que não possuíam nenhum documento pessoal além da Certidão de Nascimento, pois seus familiares consideram desnecessário que eles os tivessem. De acordo com a pesquisadora,

[...] O irmão do sujeito “3” contou que ele contornou no calendário da casa os dias em que estaria com a pesquisadora e, nestes dias, procurava vestir uma roupa melhor para ir ao colégio. É importante ressaltar que a pesquisadora não falava diretamente sobre a apresentação física dos alunos, mas elogiava aqueles que usavam calças, e camisetas bem limpas e bem passadas, tênis ou sapato, pois a maioria vinha ao colégio de abrigo, camiseta larga, chinelo, cabelo sem pentear e sem corte. [...] (SHIMAZAKI, 2006, p. 109).

[...] A gente achava que ele não precisava de documento porque é doente. (SHIMAZAKI, 2006, p. 108).

É possível afirmar que as famílias com filhos deficientes mentais, muitas vezes, não ajudam essas pessoas, pois não tem acesso à informação quanto à capacidade das mesmas em aprender e se desenvolver. Essa afirmação pauta-se no fato de as famílias julgarem sem importância a obtenção de documentos de identificação. A partir do momento em que se discutiu e se explicou a importância da participação social dos sujeitos da pesquisa, as famílias providenciaram os documentos. (SHIMAZAKI, 2006, p. 109).

Com base nas colocações de Shimazaki (2006) sobre a maneira como os familiares de seus participantes de pesquisa lidavam com a condição de deficientes intelectuais de seus filhos, é possível afirmar que havia uma grande descrença em relação às suas capacidades e habilidades,

³ No período em que esta tese foi desenvolvida, o termo Deficiência Mental ainda era a terminologia utilizada para designar este deficiência.

o que implicou em seu desenvolvimento cognitivo e social em muitos aspectos.

Estas implicações seguem se revelando à medida que os indivíduos tentam participar da vida social e apresentam dificuldades na lida com as demandas sociais e com as relações institucionais que organizam a vida em sociedade. E estes aspectos também implicam sobre o desenvolvimento do letramento dos sujeitos com deficiência intelectual.

Segundo Soares (2010, p. 39), o letramento pode ser compreendido como “Resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita” e “O estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais.”

Conforme é possível observar na citação anterior, o desenvolvimento do letramento não está relacionado apenas com a aquisição do código escrito; é preciso que os sujeitos se apropriem das práticas sociais de usos da linguagem escrita. E esta apropriação exige que os indivíduos participem ativamente de eventos de práticas de letramento para que possam conhecer seus sentidos e significados.

Com base nos relatos de Shimazaki (2006) podemos inferir que tanto o desinteresse pela forma de se vestir quanto a supressão de documentos são expressões da descrença dos familiares nas capacidades e habilidades dos indivíduos com deficiência intelectual. Estas atitudes se refletem negativamente nas relações interpessoais das práticas sociais da linguagem escrita e, conseqüentemente, no desenvolvimento do letramento.

Sobre o processo de letramento dos jovens e adultos com deficiência intelectual e a escolarização, Shimazaki (2006) apontou que a proposta da escola se fundamenta no desenvolvimento de habilidade de codificação e decodificação, desconsiderando a oralidade e os conhecimentos extralingüísticos. Assim, embora fossem alfabetizados, os participantes de sua pesquisa não possuíam níveis de letramento que lhe conferissem autonomia e independência em sua vida cotidiana.

Ao propor um modelo ideológico de letramento, nessa pesquisa, foi possível obter avanços e os sujeitos compreenderam a importância da leitura e da escrita em suas vidas. As experiências com leitura e escrita precisam ser mais elaboradas e trabalhadas, pois foi possível obter avanços e isso pode levar a questionar a maneira como as escolas têm trabalhado suas práticas pedagógicas, pois esses sujeitos tinham mais de 5 anos de freqüência à escola e conseguiam somente escrever palavras e lê-las, sem conhecer seus sentidos e significados e, mais ainda, sem perceber de que modo a leitura e a escrita poderiam inserir-se em suas práticas sociais quotidianas. (SHIMAZAKI, 2006, p. 169)

Com base nas colocações de Shimazaki (2006), podemos concluir que há uma grande preocupação para que os sujeitos deficientes intelectuais dominem o código alfabético. No entanto, os esforços para que eles compreendam quais as aplicações destes conhecimentos na vida diária para que possam desempenhar um comportamento letrado autônomo ainda não tem sido objeto de trabalho nas escolas, dificultando sua inserção social e cristalizando sua estigmatização.

MOEMA KARLA SANTANA: A LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: PROBLEMATIZANDO LEITURA, ESCRITA E MEDIAÇÃO

Santanna (2011) analisou o processo de aquisição da Língua Portuguesa escrita por sujeitos adultos com deficiência intelectual matriculados em uma escola de educação especial. Estes alunos constituíam a turma de EJA desta instituição.

Em relação às práticas de escrita já realizadas por estes alunos, Santanna (2011) constatou que todos já apresentavam domínio da escrita e se preocupavam bastante com a ortografia. A pesquisadora também abordou as concepções dos familiares de seus sujeitos de pesquisa sobre o desenvolvimento escolar destes alunos e suas relações com a escola:

De acordo com uma mãe, “a escola não tava nem ligando, se o Caio sabia a leitura, ele nem fazia fraze”. Para a avó de Jorge, “o mais importante ele não faz que é os número conta né sabe as letra”. As responsáveis pelos alunos citados nos excertos evidenciam a importância que dão ao ensino formal, revelando a preocupação de oferecer ao filho e ao neto oportunidades de aprender a ler, escrever os cálculos, conhecimentos básicos e exigidos em todos os lugares sociais. (SANTANNA, 2011, p. 92)

Sobre a elaboração do planejamento das aulas, a pesquisadora afirmou que havia várias inconsistências entre o que as diretrizes curriculares para a EJA apontam e o que era inserido no conteúdo dos planejamentos das aulas.

[...] Apesar de verificarmos gêneros como música, bilhetes, cartas, rótulos, biografias, jornais, anúncios, formulários, questionários, listas, receitas culinárias, poemas, contos, entre outros, não há uma ligação com os PCNs (1997) quanto à *Análise e reflexão sobre a língua*, uma vez que os conteúdos gramaticais elencados no plano estão descontextualizados da produção do texto, quando o aluno, através da mediação do professor, poderia atribuir maior coesão e coerência à sua produção, refletindo sobre as regularidades da língua, desenvolvendo atividades epilinguísticas e metalinguísticas. (SANTANNA, 2011, p. 103).

Em relação ao trabalho desenvolvido na sala de aula, Santanna (2011) apontou o descuido da professora em explicitar o objetivo da atividade, fazendo com que os alunos não compreendessem os significados do que estavam fazendo e não avançassem em seus conhecimentos.

A falta desse tipo de conhecimento (explicitado para o aluno) resulta em pseudoaprendizagem em que não há elaboração de conhecimento baseado em princípios, quando, por exemplo, o aluno não consegue ver o propósito do que está acontecendo em sala de aula. (SANTANNA, 2011, p. 114).

Sobre o desempenho em produção escrita, a pesquisadora demonstrou satisfação com a maneira como a aula era aproveitada pelos alunos, mostrando que a presença da deficiência intelectual não é um empecilho para a aquisição da linguagem escrita.

Embora a tarefa tenha apresentado um cunho tradicional de ensino de LP, destacamos, mais uma vez, que a turma vivenciou importantes mediações a partir do que foi proposto. Podemos dizer que o contexto revelou o modelo autônomo de letramento, contudo, as respostas e hipóteses dos alunos quanto às tarefas nos mostram que a DI não é um empecilho para que o ensino-aprendizagem da LP na escola especial possa acontecer de forma a desenvolver a reflexão sobre a língua e seus usos, considerando práticas sociais culturalmente determinadas. (SANTANNA, 2011, p. 131)

Em suas considerações finais, a pesquisadora apontou que a presença da deficiência intelectual não prejudica o domínio das convenções da Língua Portuguesa, pois a escola não é o único lugar no qual estes sujeitos participam de eventos de letramento em suas relações cotidianas.

Com base no exposto por Santanna (2011), é possível constatar a preocupação dos familiares para que seus filhos adquiram o domínio do código escrito, mesmo diante de um quadro de inconsistências como o planejamento inadequado e a ausência de explicações das atividades por parte da professora.

Neste panorama, o sucesso alcançado pelos alunos pode ser atribuído ao apoio e às crenças de seus familiares em suas habilidades e capacidades. Conforme apontado anteriormente por Shimazaki (2006), a maneira como os familiares lidam com seu ente deficiente intelectual se reflete em suas interações sociais e em seu desenvolvimento psicossocial, favorecendo o desenvolvimento de seu letramento.

Para Shimazaki (2006) e Santanna (2011), os jovens e adultos com deficiência intelectual são plenamente capazes de desenvolver domínio da língua portuguesa e assumir posturas letradas frente às demandas sociais quando são devidamente motivados por suas famílias e atendimentos por uma educação voltada para as suas necessidades.

Portanto, reconhecer as suas capacidades e desconstruir crenças negativas sobre as possibilidades de atendimento educacional desta parcela da população de alunos é fundamental para favorecer seu aprendizado escolar e sua inclusão social.

MARIELE ANGÉLICA DE SOUZA FREITAS: ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: INTERFACES DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Freitas (2014) teve por objetivo compreender o processo de escolarização dos jovens e adultos com deficiência intelectual na EJA, analisando o processo de ensino, as condições de trabalho da professora e quais os significados que os alunos com deficiência intelectual atribuíam à sua escolarização.

Em relação ao seu primeiro objetivo, Freitas (2014) constatou que as trajetórias de seus participantes de pesquisa eram bastante marcadas por idas e vindas, além de constantes mudanças de escolas. No entanto, estes também relataram detalhes do processo que mostraram que a escolarização era importante e desejada por eles.

Estas idas e vindas também foram relatadas pelas participantes da pesquisa de Tinós (2010). Segundo estas participantes, elas foram obrigadas a trocar de salas, turmas e períodos devido aos muitos obstáculos que foram colocados em sua escolarização. Uma das participantes relatou que embora já fosse jovem, foi colocada em uma sala junto com crianças pequenas devido ao seu fraco desempenho escolar em relação aos demais jovens de sua idade.

Ela também relatou que, devido à sua deficiência intelectual, sempre sentiu dificuldade em ser atendida em suas necessidades educacionais e que se sentiu acolhida ao ingressar na EJA.

A outra participante da pesquisa de Tinós (2010) relatou que por ser deficiente físico, teve que enfrentar obstáculos e descrenças em relação à sua capacidade e habilidades para aprender, somados aos obstáculos arquitetônicos. Isto implicou em dificuldades em se locomover e estar na escola, em conjunto com a falta de recursos e de atenção por parte da escola e dos professores.

As participantes de Tinós (2010) afirmaram que sempre desejaram a escolarização e que suas famílias não mediram esforços para que pudessem desenvolver seus estudos e seus projetos de vida.

Sobre as condições de trabalho do professor, Freitas (2014) apontou que muitas vezes o docente está sobrecarregado, acumulando mais de uma função de professor, o que dificulta sua dedicação.

As dificuldades enfrentadas pelos professores têm sido objeto de estudos de diversos pesquisadores. Para Polity (2002), as dificuldades dos professores devem ser compreendidas como um movimento carregado de emoção devido às fantasias de incompetência frente ao aluno que ele não consegue entender e às demandas relacionais que sempre são difíceis de lidar. Ainda segundo a pesquisadora, “[...] não diz respeito à competência técnica, mas ao despreparo pessoal. [...]” (POLITY, 2002, p. 16).

Com base nestas colocações, é possível inferir que as dificuldades enfrentadas pelos professores demandam de uma formação que não os prepara adequadamente para enfrentar a problemática da sala de aula, aliada à desvalorização do magistério, obrigando o profissional a assumir mais de um cargo de professor em busca de uma remuneração que atenda às suas necessidades.

Sobre o significado atribuído à EJA pelos participantes de sua pesquisa, Freitas (2014) apontou que estes a consideraram acolhedora e promissora, em razão da história de suas trajetórias escolares. Estes sentimentos também foram manifestados pelas participantes da pesquisa de Tinós (2010) e de Oliveira e Campos (2016), que afirmaram que se sentiram acolhidos e pertencentes à EJA.

Em suas considerações finais, Freitas (2014) apontou que ainda há muito que ainda precisa ser feito para que a educação de jovens e adultos com deficiência intelectual alcance a qualidade necessária.

Durante as observações realizadas em sala de aula, pudemos observar que, além de infantilizar os jovens e adultos ali presentes, atribuía-se às jovens com deficiência intelectual as mesmas atividades que eram atribuídas aos demais. Todavia, isso não era suficiente para ambas, pois elas necessitavam de adaptações dos conteúdos que ali estavam sendo ministrados. Apesar disso, a professora Lucia discordava dessa opinião, mas garantiu que a escola estaria disponível para realizar essas adaptações. Mesmo assim, essa docente relatou que um dos grandes entraves da sua prática foi o de realizar atividades para ambos os termos, concomitantemente, além de ressaltar que tentou realizar tarefas que, de alguma forma, estivessem ligadas às experiências dos jovens e adultos. (FREITAS, 2014, p. 114).

As adaptações curriculares devem ser compreendidas como parte imprescindível da alfabetização e do letramento de jovens e adultos com deficiência intelectual. Conforme apontaram Campos e Duarte (2011), a EJA exige um olhar diferenciado sobre a escolarização em

razão das especificidades de seu público-alvo. Em interface com a Educação Especial, significa que novas especificidades se unirão a estas, impondo condições à atuação dos professores.

Com base nas colocações de Freitas (2014) é possível constatar que a educação de jovens e adultos com deficiência intelectual tem encontrado professores que, ao mesmo tempo em que procuram oferecer algum tipo de atendimento educacional, não possuem conhecimentos necessários ou adequados para lidar com as especificidades desta população de alunos, atuando muitas vezes com base em crenças negativas acerca do desenvolvimento psicológico e cognitivo dos sujeitos com deficiência intelectual.

Desta forma, o desenvolvimento de seus processos de letramento fica comprometido, pois as crenças negativas manifestadas – mesmo que de forma velada – os levam à descrença pessoal, impedindo a apropriação das práticas e usos sociais da linguagem escrita.

GIZELI APARECIDA RIBEIRO DE ALENCAR: SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Alencar (2015) teve por objetivo analisar quais os sentidos e significados atribuídos à alfabetização e ao letramento por um grupo de jovens e adultos com deficiência intelectual alfabetizados. Para a pesquisadora,

[...] Embora existam muitas pesquisas sobre alfabetização e letramento de pessoas com deficiência intelectual, a maioria foi desenvolvida junto a crianças. Contudo, se, por um lado, a alfabetização de adultos com DI não está sendo tratada com expressividade no conjunto das produções científicas nacionais, por outro, alguns estudiosos têm se preocupado com a temática e sinalizado as possibilidades de desenvolvimento para essa faixa etária. [...] (ALENCAR, 2015, p. 63)

Em relação aos sentidos e significados que a aquisição da escrita pode ter para estes indivíduos, a pesquisadora apontou que estes são construídos por meio da qualidade da mediação oferecida tanto na escola quanto na família, pois muitos dos participantes de sua pesquisa apontaram os sujeitos responsáveis por sua alfabetização ao descreverem seus sentimentos acerca daquilo que a escrita poderia lhes oferecer.

Alencar (2015) também apontou algumas questões referentes aos significados que os bens culturais e materiais podem assumir para o deficiente intelectual alfabetizado e leitor. Segundo a pesquisadora, a mediação exerce papel preponderante neste processo.

Edgar: “É porque é muito bom pra escrever o nome da pessoa, de alguém, minha tia, meus primos. [...] Eu guardo no papel, escrevo. Eu escrevo parabéns, faço **bilhete**, a **carta**, hoje é aniversário do meu tio também irmão do meu pai, amanhã da minha [...]. Mando pros meus primos de São Paulo, eu mando, de Campinas eu mando. [...] Eu mando no **correio**. Aí põe selo. Eu mando lá.”

Pietra: “Eu escrevo para meu pai. [...] Escrever é para pensa! [...] e usar sentimentos e fazer um livro de poesias. Dá para **fazer um livro escrito**. Sobre a natureza, o ambiente, a vida dos animais. Porque é importante.” (ALENCAR, 2015, p. 102).

De acordo com a referida pesquisadora, todos os seus participantes fizeram uso de diferentes portadores de texto tanto em casa como na escola, mas a maneira como se relacionam com estes materiais é muito diversa devido à maneira como vivenciaram seus usos nos

diferentes eventos de letramento do qual tomaram parte. Assim, sua maneira de fazer uso destes bens culturais e, a partir deles, atuar por meio de práticas de letramento, evidencia as crenças que construíram através das mediações que receberam.

[...] Os dados revelaram que os sujeitos conhecem materiais escritos, os quais perpassam por diferentes instrumentos técnicos semióticos – cadernos, livros, jornais, celulares, computadores –, mas nem todos acessam esses materiais da mesma forma. Todos passaram pelo processo de escolarização, contudo, o contexto vivenciado para além da instituição escolar é distinto. As condições objetivas de vivências com a leitura e escrita são diferentes. **Nem todos os pais ou responsáveis pelos sujeitos de pesquisa acessaram a escolarização, a apropriação de conhecimentos científicos produzidos historicamente pelo homem e, por conseguinte, ao letramento, seja ele numa perspectiva autônoma ou ideológica, como preconizado pela literatura científica da mesma forma. E isso se reflete na forma como as mediações se efetivam ou não, pois quando a mesma não tem uma intencionalidade dificilmente influencia positivamente no desenvolvimento das FPS de forma a potencializar a zona de desenvolvimento proximal da pessoa com DI.** (ALENCAR, 2015, p. 128).⁴

Com base nas colocações de Alencar (2015), podemos observar a importância dos processos de mediação para o desenvolvimento escolar e social dos jovens e adultos com deficiência intelectual. A oferta da mediação deve ser compreendida dentro de um forte aparato de crenças nas habilidades e capacidades destes sujeitos, pois só por meio da crença em suas possibilidades é que se torna possível desenvolver um trabalho pedagógico adequado no qual eles possam se apropriar das normas da Língua Portuguesa e desenvolver suas habilidades de letramento.

CONCLUSÕES

Em nosso processo de coleta de dados para a análise desta pesquisa, o número bastante baixo de pesquisas sobre a educação de jovens e adultos com deficiência intelectual não apenas corroborou a afirmativa de alguns pesquisadores citados neste trabalho, como também enfatizou a forte descrença que a nossa sociedade possui acerca das possibilidades de desenvolvimento para os sujeitos com esta deficiência.

Este fato também nos aponta a necessidade de atentarmos e desconstruirmos algumas compreensões distorcidas sobre a deficiência intelectual que ainda persistem em nossas sociedades, pois somente assim será possível superar os preconceitos e as resistências que insistem em permanecer no trabalho pedagógico voltado para esta população de alunos.

Em relação às pesquisas analisadas, podemos citar alguns aspectos bastante conhecidos dos debates pedagógicos: a importância das famílias no processo educacional escolar dos alunos com deficiência intelectual e a qualidade das mediações a serem oferecidas.

Conforme as pesquisadoras dos trabalhos analisados apontaram, a maneira como a família lida com seu ente deficiente intelectual reflete em sua maneira de lidar com a escolarização e com o universo que o cerca. Assim, se a família o compreende como incapaz este sujeito se reconhecerá desta forma e não conseguirá desenvolver as habilidades necessárias para alcançar o sucesso na escolarização.

⁴ Grifo nosso.

Isto se dá em razão da mediação recebida por este sujeito. Conforme Vigotsky (2007) apontou, é por meio da mediação que compreendemos o mundo no qual estamos inseridos e construímos nossa autoimagem por meio das informações que recebemos dos demais sujeitos que nos cercam.

Da mesma forma, na escola, garantir a qualidade das mediações é fundamental para que os sujeitos com deficiência intelectual adquiram a linguagem escrita. E esta garantia depende da constituição da crença nas habilidades e capacidades dos alunos deficientes intelectuais.

Soma-se a estas circunstâncias a questão do desenvolvimento do letramento. Conforme Soares (2004) apontou, o letramento é uma habilidade complexa, que exige altos níveis de abstração dos sujeitos, fazendo com que os indivíduos sejam letrados em diferentes níveis de acordo com suas experiências e vivências.

Neste contexto, o desenvolvimento das habilidades de letramento dos jovens e adultos com deficiência intelectual também dependem das experiências que lhes são proporcionadas e, a qualidade destas experiências e vivências, se encontra intimamente ligadas às crenças que os familiares e professores possuem sobre estes sujeitos e a qualidade da mediação que oferecem em razão de suas crenças.

Portanto, a chave do crescimento do número de pesquisas sobre o tema, assim como do aumento da qualidade do atendimento educacional no ensino de Língua Portuguesa para alunos deficientes intelectuais na EJA, pode estar na desconstrução dos preconceitos resistentes sobre suas habilidades e capacidades para aprender, se desenvolver e participar da vida na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, G. A. R. **Sentidos e significados da alfabetização e letramento de adultos com deficiência intelectual**. 2015. 163f. Tese (Doutorado em Educação Especial). Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7151/TeseGARA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 21.10.2016.

ALMEIDA, M.A. O caminhar da deficiência intelectual e classificação pelo sistema de suporte/ apoio. In: SÃO PAULO. Secretaria da Educação. **Deficiência Intelectual: realidade e ação**. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado- CAPE/ SE: São Paulo, 2012. Disponível em <http://cape.edunet.sp.gov.br/textos/textos/Livro%20DI.pdf>. Acesso em 08.12.2016.

BRITO, J; CAMPOS, J. A. P. P. Escolarização de jovens e adultos com deficiência intelectual: considerações sobre as pesquisas em dissertações e teses no período de 1988 a 2008. **Revista de Educação Especial de Santa Maria**, Santa Maria, v. 26, n. 45, p.45-58, jan/abr 2013. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4848>. Acesso em 20.10.2016.

CAMPOS, J. A. de P. P.; DUARTE, M. O aluno com deficiência na EJA: reflexões sobre o atendimento educacional especializado a partir do relato de uma professora da educação especial. **Revista de Educação Especial de Santa Maria**, v. 24, n. 40, p. 271-284, 2011. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/2933/2444>. Acesso em 15.10.2016.

FERNANDES, A. P. C. dos S. **Estudos e observações sobre vivências docentes da Educação de Jovens e Adultos no processo de inclusão escolar**. 2011. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Sociais e da Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2011. Disponível em <http://>

paginas.uepa.br/mestradoeducacao/index.php?option=com_rokdownloads&view=file&task=download&id=246:ana-paula-cunha-dos-santos-fernandes. Acesso em 19.07.2016.

FREITAS, M. A. S. **Estudantes com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos**: interfaces do processo de escolarização. 2014. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2014. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_d8f4a12a43628157df545abaa8a1e0bb. Acesso em 15.10.2016.

GONÇALVES, T.G.G.L. **Escolarização de alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos**: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. 2012. 75f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Comunicação e Artes. Universidade Estadual de Londrina: Londrina, 2012. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000170901>. Acesso em 08.12.2016.

MENDES, E.G; FERREIRA, J. R; NUNES, L. R. P. Análise crítica das teses e dissertações sobre Educação Especial nas áreas de Educação e Psicologia PRODICS IV. **Relatório Final de Pesquisa**. FAPESP, 2002. Disponível em <http://bv.fapesp.br/pt/auxilios/3149/analise-critica-das-teses-e-dissertacoes-sobre-educacao-especial-nas-areas-de-educacao-e-psicologia/>. Acesso em 08.12.2016.

OLIVEIRA, P. Retratos da Dislexia no Brasil: análise bibliográfica do período de 2002 a 2014. 2016.228f. Tese (Doutorado em Educação Especial). Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2016.

OLIVEIRA, P; CAMPOS, J. A. P.P. O retrato da escola segundo o olhar de jovens e adultos com deficiência intelectual matriculados na EJA regular. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 7, n. 19, p. 146-165, 2016. Disponível em <http://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/1033>. Acesso em 15.07.2016.

POLITY, E. **Dificuldades de ensinagem**: que história é essa...? 1ª ed. São Paulo: Vetor, 2002.

RIBEIRO, L.L. EJA e Atendimento Educacional Especializado: uma análise da escolarização de jovens e adultos com deficiência no município de Campo dos Goytacazes/ RJ. **LSP – Revista Científica Interdisciplinar**. v. 2, n. 3, p. 124-134, jul/ set 2015. Disponível em <http://revista.srvroot.com/linkscienceplace/index.php/linkscienceplace/article/view/119/58>. Acesso em 22.10.2016.

SANTANNA, M. K. **A Língua Portuguesa na Educação Especial**: problematizando leitura, escrita e mediação. 2011. 163f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada. Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 2011. Disponível em <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4043>. Acesso em 10.10.2016.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SHIMAZAKI, E. M. **Letramento em jovens e adultos com deficiência mental**. 2006. 188f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05062007-102410/pt-br.php>. Acesso em 06.10.2016.

SIEMS, M. E. R. **Educação de jovens e adultos com deficiência**: saberes e caminhos em construção. Educação em foco, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 61-79, fev 2012. Disponível em <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2012/08/Texton-031.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, abr, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em 10.10.2016.

TEIXEIRA, C. R. O “Estado da Arte”: a concepção de avaliação educacional veiculada na produção aca-

dêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo (1975-2000). **Cadernos de Pós-Graduação – educação**, n. 1, v. 5, p. 59-66, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000087&pid=S0104-4036201100010000400009&lng=pt. Acesso em 22.07.2015.

TINÓS, L. M. S. **Caminhos de alunos com deficiências à Educação de Jovens e Adultos**: conhecendo e compreendendo trajetórias escolares. 2010. 125f. Tese (Doutorado em Educação Especial). Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2872?show=full>. Acesso em 15.10.2016.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Recebido em: 22 de agosto de 2016

Modificado em: 21 de outubro de 2016

Aceito em: 12 de novembro de 2016

(Footnotes)

1 IES: Instituição de Ensino Superior.

2 Nível (M/D): Mestrado (M) ou Doutorado (D).